



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

ATA DA 8ª (OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, REALIZADA NO DIA **21 DE MAIO DE 2018**, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXCELENTÍSSIMO CONSELHEIRO JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO.

Presentes, também, o Excelentíssimo Conselheiro Francisco Carvalho da Silva, bem como os Conselheiros-Substitutos Omar Pires Dias e Erivan Oliveira da Silva.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Ernesto Tavares Victoria.

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Paulo Curi Neto.

Secretária, Francisca de Oliveira.

Havendo quórum necessário, às 9h, o Conselheiro Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à discussão e aprovação a Ata da 7ª Sessão Ordinária de 2018 (2.5.2018), a qual foi aprovada à unanimidade.

Na sequência, pela ordem, foram submetidos a julgamento os seguintes processos:

<b>PROCESSOS JULGADOS</b>
---------------------------

- 1 - Processo n. 01489/08 (Apenso n. 01255/08)**  
Interessado: Roberto Eduardo Sobrinho - CPF n. 006.661.088-54  
Responsável: Roberto Eduardo Sobrinho - CPF n. 006.661.088-54  
Assunto: Contrato n. 0033/2006  
Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Porto Velho  
Relator: **CONSELHEIRO JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO**
- DECISÃO:** “**Julgar extinto o processo**, sem resolução do mérito, aplicado, subsidiariamente no âmbito deste Tribunal de Contas, em face da ausência de contraditório e ampla defesa motivado pelo decurso temporal; e **arquivar** os presentes autos; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”
- 2 - Processo n. 00039/18 – (Processo Origem n. 01440/04)**  
Recorrente: Marli Fernandes de Oliveira Cahulla - CPF n. 301.081.959-53  
Assunto: Apresenta Recurso de Embargos de Declaração referente ao Acórdão AC1-TC02340/17 - Processo. n. 0832/17.  
Jurisdicionado: Secretaria de Estado da Educação – SEDUC  
Advogados: Marcus Vinicius de Oliveira Cahulla - OAB n. 4117, Alexandre Wascheck de Faria - OAB n. 924



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

Relator: **CONSELHEIRO JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO**

**DECISÃO:** “**Conhecer** dos embargos de declaração, pois atendidos os pressupostos; **negar provimento** aos embargos, diante da incoerência de contradição, omissão, obscuridade ou erro material; e arquivar os autos; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”

**3 - Processo n. 03475/13**  
Responsável: Rosinete Gomes Nepomuceno Sena - CPF n. 649.668.442-15  
Assunto: Fiscalização de Atos e Contratos  
Jurisdicionado: Companhia de Águas e Esgotos do Estado de Rondônia – CAERD  
Relator: **CONSELHEIRO JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO**

**DECISÃO:** “**Extinguir o feito**, sem análise do mérito, com base nos princípios da segurança jurídica e da duração razoável do processo e seus corolários da ampla defesa e do contraditório, tendo em vista a incidência do transcurso do tempo de dez anos sem a realização do contraditório, o que afasta o interesse processual na continuidade da fiscalização; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”

**4 - Processo-e n. 03452/17**  
Interessados: José de Albuquerque Cavalcante - CPF n. 062.220.649-49, Antonio Manoel Rebello das Chagas - CPF n. 044.731.752-00  
Responsável: Antonio Manoel Rebello das Chagas - CPF n. 044.731.752-00  
Assunto: Ofício n. 1049/2017/DAF/DETRAN-RO - Encaminha cópia integral dos autos do Processo Administrativo n. 14.240/2014 em cumprimento ao item III do Acórdão AC1-TC 0107/17.  
Jurisdicionado: Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN  
Relator: **CONSELHEIRO JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO**

**DECISÃO:** “**Considerar cumprida** a determinação do inciso III do Acórdão AC1-TC 01071/2017, prolatado no Processo nº 3420/2013/TCE-RO; **julgar extinto** o processo, sem resolução do mérito, em razão da manifesta ausência de comprovação dos fatos supostamente ilícitos narrados que não foram provados; e arquivar os autos, sem análise de mérito; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”

**5 - Processo-e n. 00970/17**  
Interessado: Carlos Cesar Guaita



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

Responsáveis: Elizete Teixeira de Souza - CPF n. 422.142.892-91, Carlos Cesar Guaita - CPF n. 575.907.109-20, Carlos Alexandre Delgado - CPF n. 620.830.742-20

Assunto: Prestação de Contas - relativa ao exercício de 2016.

Jurisdicionado: Instituto de Previdência de Nova Brasilândia

Relator: **CONSELHEIRO JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO**

**DECISÃO:** “**Julgar regular com ressalvas** a prestação de contas do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nova Brasilândia D’Oeste – NOVA PREVI, exercício de 2016, de responsabilidade de Carlos César Guaita, na qualidade de Superintendente; **multar**, individualmente, o responsável; e **determinar a exclusão** de responsabilidade, imputada na Decisão DM-GCJEPPM-TC 00385/17, de Carlos Alexandre Delgado, na condição de Contador, em razão de as irregularidades remanescentes a ele imputadas serem de caráter formal e não possuir o condão de macular as vertentes contas; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”

**6 - Processo-e n. 01125/16**

Interessada: Vera Lucia Leite - CPF n. 629.246.642-68

Responsáveis: Vera Lucia Leite - CPF n. 629.246.642-68, Jerriane Pereira Salgado - CPF n. 644.023.552-49, Maria Aparecida Corrêa - CPF n. 242.261.142-72, Cesar Goncalves de Matos - CPF n. 350.696.192-68

Assunto: Prestação de Contas - relativa ao exercício de 2015.

Jurisdicionado: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Seringueiras

Relator: **CONSELHEIRO JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO**

**DECISÃO:** “**Julgar regular** a prestação de contas do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Seringueiras, exercício de 2015, de responsabilidade de Jerriane Pereira Salgado e Vera Lúcia Leite, na qualidade de Diretoras Executivas; **concedendo-lhes quitação plena**; **determinar a exclusão de responsabilidade**, imputada na Decisão DM-GCJEPPM-TC 00283/16, de César Gonçalves de Matos, na condição de Contador, e de Maria Aparecida Corrêa, na condição de Controladora-Geral do Município, em razão de não ter remanescido qualquer irregularidade a eles atribuída; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”

**7 - Processo n. 01526/12**

Interessado: Lúcio Antônio Mosquini - CPF n. 286.499.232-91



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

Responsáveis: Jacques da Silva Albagli - CPF n. 696.938.625-20, A. L. Andrade & CIA Ltda. - ME - CPF n. 219.989.732-04

Assunto: Tomada de Contas Especial - referente aos Contratos n. 035/05 e 047/05- DEVOP

Jurisdicionado: Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Rondônia

Relator: **CONSELHEIRO JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO**

**DECISÃO:** “**Considerar regular** a presente tomada de contas especial, tendo em vista que a empresa A. L. de Andrade & Cia Ltda.-ME promoveu a reparação do pórtico metálico de sustentação de placas indicativas da rodovia estadual RO-010, objeto do sinistro; **considerar extinta** qualquer pretensão punitiva da Corte de Contas contra a empresa, tendo em vista a ocorrência do instituto da prescrição; **rejeitar** a solicitação ministerial de determinar a realização de diligências junto ao DER, em virtude de ser medida contraproducente, uma vez que prescrita a pretensão punitiva da Corte de Contas por possível irregularidade na execução dos contratos cuja consequência seja a aplicação de multa; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”

**8 - Processo-e n. 03350/17**

Responsáveis: Florisvaldo Alves da Silva - CPF n. 661.736.121-00  
Helena da Costa Bezerra

Assunto: Edital de Processo Seletivo Simplificado N. 125/GCP/SEGEP/2017.

Origem: Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas

Relator: **CONSELHEIRO FRANCISCO CARVALHO DA SILVA**

**DECISÃO:** “**Considerar legal** o Edital de Processo Seletivo Simplificado, deflagrado pela Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas – SEGEP, a pedido da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, tendo em vista que restou comprovado, no presente caso, o excepcional interesse público; com determinações aos responsáveis; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”

**9 - Processo-e n. 03853/17**

Interessado: Emops - Serviços e Comércio Ltda.

Responsáveis: Sirlene Bastos - CPF n. 386.296.072-20, Alisson Antonio Maia de Souza - CPF n. 512.174.492-72, Marcos José Rocha dos Santos - CPF n. 001.231.857-42, Márcio Rogério Gabriel - CPF n. 302.479.422-00

Assunto: Representação – Possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico n. 041/2016/CEL/SUPEL/RO

Jurisdicionado: Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS

Relator: **CONSELHEIRO FRANCISCO CARVALHO DA SILVA**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

**DECISÃO:** “**Não Conhecer** da Representação proposta pela Empresa EMOPS - Serviços e Comércio Ltda., uma vez que não atendidos os pressupostos de admissibilidade; **considerar legais** os **atos fiscalizados neste processo**, referentes ao Pregão Eletrônico n. 041/2016/CEL/SUPEL/RO, deflagrado pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, a pedido da Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS, tendo por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza de fossas sépticas, desobstrução e limpeza de redes de esgoto, limpeza de caixa de inspeção e caixa de gordura, de forma contínua, para atender todas as Unidades Prisionais e Socioeducativas do Estado de Rondônia; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”

**10 - Processo-e n.** **06272/17**  
**Responsáveis:** Fabio Junior de Souza - CPF n. 663.490.282-87  
Gislaine Clemente - CPF n. 298.853.638-40  
**Assunto:** Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 015/CIMCERO/2017 - Proc. Adm. n. 1-05/CIMCERO/2017 - Registro de Preços - Contratação de empresa para, sob demanda, prestar serviços gerais de manutenção, adequação e reparos em prédios públicos, bem como serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em vias e logradouros públicos.  
**Jurisdicionado:** Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia  
**Advogados:** Amadeu Guilherme Matzenbacher Machado - OAB N. 4-B, Miguel Garcia de Queiroz - OAB N. 3320, Amadeu Guilherme Lopes Machado - OAB N. 1225/RO  
**Relator:** CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **OMAR PIRES DIAS** (em substituição ao Conselheiro **PAULO CURI NETO**)  
**Observação:** Registra-se a **SUSPEIÇÃO** do Conselheiro **JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO**, com fulcro no artigo 256 do Regimento Interno desta Corte de Contas.  
**Observação:** O Advogado, Dr. Amadeu Guilherme Matzenbacher Machado - OAB n. 004-B, suscitou **QUESTÃO DE ORDEM**, reiterando documento juntado aos autos, por meio do qual solicita retirada de pauta do processo, a qual foi superada. O Advogado, portanto, proferiu **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos seguintes termos: “(...) Digo então que seria uma mudança de paradigma, uma reflexão um pouco mais intensa, um pouco mais detida, sobre essa questão, de forma como quer a Constituição Federal, como pretende a legislação infraconstitucional, que os consórcios sejam efetivamente prestigiados. E digo o seguinte, ainda estamos numa fase, eu diria, laboratorial, é um princípio que está sendo colocado e que pode haver desvios. Assim como pode haver



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

enormes acertos e eu penso que é o caso. O Tribunal não vai abrir mão de fiscalizar as ações e sancionar algum desvirtuamento, porque o município vai utilizar o registro de preços e vai praticar os serviços que ele necessita, será a contratação. A referência é a tabela SINAPI, a tabela mais idônea que temos hoje e a mais apertada em termos de valores, que a Caixa Econômica produz essa referência. Penso então que seria o caso de dar essa oportunidade para que o consórcio se implementasse, se consolidasse e efetivamente, se lá para a frente houver a prática de algum ato irregular, se houver alguma inviabilidade, o Tribunal com certeza terá instrumentos para corrigir o percurso ou sancionar os desvios de conduta, acredito então que vale a experiência. E finalmente dizer que este processo está aqui no Tribunal desde o mês de outubro do ano passado. Todos os municípios que estão envolvidos nessa situação vêm efetivamente acompanhando com aflição, porque esses serviços que são feitos, são serviços continuados, são serviços permanentes, mas eventuais. Uma situação de emergência, alguma coisa que aconteça, instalação elétrica, um sinistro, operação de tapa buraco, agora é o momento, está entrando o verão, os senhores sabem, é a época que se trabalha, então começar tudo de novo significa perder mais um ano. Essa é a grande dificuldade que nós estamos encontrando. Na medida do possível, se for insuperável, que eu não creio que seja insuperável, essa questão do não parcelamento do objeto, porque haveria automaticamente a perda da economia de escala, que pelo menos então o Tribunal proporcionasse a condição de abrir a possibilidade para que o consórcio efetuasse o parcelamento do objeto, digamos dividido por regiões, duas ou três regiões, isso poderia ser feito, mas sempre tendo em vista que quanto maior o parcelamento menor será a economia de escala.”

**DECISÃO:**

“**Considerar ilegal** o Edital do Pregão Eletrônico nº 015/CIMCERO/2017 01/2017/SRP, deflagrado pelo **Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia - CIMCERO**; **ratificar** a ordem de suspensão da licitação, tendo em vista que os indícios de irregularidades presentes nos autos poderiam dar azo à realização de contratações ilegais pelo consórcio interessado neste certame; **assinar** o prazo de 15 (quinze) dias para que o Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia - CIMCERO, na pessoa da Presidente e do pregoeiro responsável por este pregão ou quem o substitua, comprove a esta Corte a anulação desta licitação; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

- 11 - Processo-e n. 00240/18**  
Responsáveis: Anselmo de Jesus Abreu - CPF n. 325.183.749-49, Avenilson Gomes da Trindade - CPF n. 420.644.652-00, Walmir Ferreira da Silva - CPF n. 349.118.122-49  
Assunto: Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 002/2017/IDARON.  
Origem: Agência de Defesa Agrossilvopastoril  
Relator: **CONSELHEIRO-SUBSTITUTO OMAR PIRES DIAS** (em substituição ao **CONSELHEIRO PAULO CURI NETO**)  
**DECISÃO:** “**Considerar ilegal, sem pronúncia de nulidade**, o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017/IDARON; com recomendações e advertências aos responsáveis; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”
- 12 - Processo n. 01658/14**  
Responsáveis: Nilson Cardoso Paniagua - CPF n. 114.133.442-91, Williames Pimentel de Oliveira - CPF n. 085.341.442-49  
Assunto: Fiscalização de Atos e Contratos - possíveis irregularidades na coleta de lixo  
Jurisdicionado: Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro  
Relator: **CONSELHEIRO-SUBSTITUTO OMAR PIRES DIAS** (em substituição ao **CONSELHEIRO PAULO CURI NETO**)  
**DECISÃO:** “**Considerar ilegais** os atos realizados pelos Senhores Nilson Cardoso Paniagua, Diretor-Geral do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro; e Williames Pimentel de Oliveira, Secretário de Estado da Saúde; e **deixar** de aplicar sanções aos responsáveis, tendo em vista que estão implementando medidas para sanar as irregularidades apontadas neste feito; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”
- 13 - Processo-e n. 02791/15**  
Responsável: Milton Luiz Moreira - CPF n. 018.625.948-48  
Assunto: Gestão e triagem neonatal - Nativida Núcleo de Atendimento em Triagem Neonatal Ltda. - (Cumprimento da Decisão n. 12/2015- 2ª Câmara - alínea "c")  
Jurisdicionado: Secretaria de Estado da Saúde – SESAU  
Relator: **CONSELHEIRO-SUBSTITUTO OMAR PIRES DIAS** (em substituição ao **CONSELHEIRO PAULO CURI NETO**)  
**DECISÃO:** “**Extinguir** o processo sem resolução do mérito, em decorrência do lapso transcorrido (fatos ocorridos há aproximadamente 09 anos), diante da ausência de interesse de agir (inutilidade da persecução), e em atendimento aos princípios da economicidade, duração razoável do processo e seletividade, bem como em razão da configuração da



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

prescrição quinquenal para a pretensão punitiva deste Tribunal de Contas; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”

- 14 - Processo-e n. 02792/15**  
Responsável: Milton Luiz Moreira - CPF n. 018.625.948-48  
Assunto: Serviços hospitalares de internação - Cooperativa de Serviços Médicos - COOPMEDH (Cumprimento da Decisão n. 12/2015 - 2ª Câmara - alínea "d")  
Jurisdicionado: Secretaria de Estado da Saúde – SESAU  
Relator: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **OMAR PIRES DIAS** (em substituição ao CONSELHEIRO PAULO CURI NETO)  
**DECISÃO:** “**Extinguir** o processo sem resolução do mérito, em decorrência do lapso transcorrido (fatos ocorridos há aproximadamente 09 anos), diante da ausência de interesse de agir (inutilidade da persecução), e em atendimento aos princípios da economicidade, duração razoável do processo e seletividade, bem como em razão da configuração da prescrição quinquenal para a pretensão punitiva deste Tribunal de Contas; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”
- 15 - Processo-e n. 00843/17 (Apenso n. 04907/16)**  
Responsável: Emilio Junior Mancuso de Almeida - CPF n. 606.506.482-34  
Assunto: Prestação de Contas - relativa ao exercício de 2016.  
Jurisdicionado: Câmara Municipal de Cacoal  
Relator: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **OMAR PIRES DIAS** (em substituição ao CONSELHEIRO PAULO CURI NETO)  
**DECISÃO:** “**Julgar regulares** as contas do Presidente da Câmara Municipal de Cacoal, Senhor Emílio Junior Mancuso de Almeida, concernentes à gestão do exercício de 2016, concedendo-lhe quitação, sem prejuízo de eventual fiscalização da regularidade dos atos de gestão; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”
- 16 - Processo n. 04227/17 – (Processo Origem: 02754/09)**  
Recorrentes: Josefa Josélia de Oliveira - CPF n. 162.940.412-87, Orlando Moreno Pereira - CPF n. 532.983.142-34, Rivalter Saraiva da Silva - CPF n. 678.387.402-82, Vulmar Nunes Coelho Junior - CPF n. 709.440.322-49  
Assunto: Interpõe Recurso de Reconsideração referente ao Processo n. 02754/09/TCE-RO.  
Jurisdicionado: Secretaria de Estado da Educação – SEDUC  
Advogados: Denise Gonçalves da Cruz Rocha - OAB n. 1996, Valnei Gomes da Cruz Rocha - OAB n. 2479



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

Relator: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **OMAR PIRES DIAS** (em substituição ao CONSELHEIRO **PAULO CURI NETO**)

**DECISÃO:** “**Conhecer** do recurso, uma vez que foram atendidos os pressupostos legais; **negando-lhe provimento**, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão AC1-TC 1294/17, com relação aos Senhores Vulmar Nunes Coelho Junior, Josefa Joselia de Oliveira, Orlando Moreno Pereira e Rivalter Saraiva da Silva; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”

**17 - Processo n. 05354/17 – (Processo Origem n. 02754/09)**

Recorrente: Salete Mezzomo - CPF n. 312.460.872-00

Assunto: Interpõe Recurso de Reconsideração referente ao Processo n. 02754/09/TCE-RO.

Jurisdicionado: Secretaria de Estado da Educação – SEDUC

Relator: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **OMAR PIRES DIAS** (em substituição ao CONSELHEIRO **PAULO CURI NETO**)

**DECISÃO:** “**Conhecer** o recurso, uma vez que foram atendidos os pressupostos legais; **negando-lhe provimento**, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão AC1-TC 1294/17, com relação à Senhora Salete Mezzomo; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”

**18 - Processo n. 05310/17 – (Processo Origem n. 02754/09)**

Recorrente: Pascoal de Aguiar Gomes - CPF n. 080.111.412-87

Assunto: Interpõe Recurso de Reconsideração. Processo n. 02754/09.

Jurisdicionado: Secretaria de Estado da Educação – SEDUC

Relator: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **OMAR PIRES DIAS** (em substituição ao CONSELHEIRO **PAULO CURI NETO**)

**DECISÃO:** “**Conhecer** do recurso interposto pelo Senhor Pascoal de Aguiar Gomes, uma vez que foram atendidos os pressupostos legais; **dar provimento parcial** ao recurso, consoante o exposto na fundamentação deste Voto, para excluir a responsabilidade do Senhor Pascoal de Aguiar Gomes da irregularidade detectada no item I, alínea “a”, do Acórdão AC1-TC 1294/17, proferido no processo nº 2754/09 e, consequentemente, afastar a imputação de débito e multa; **manter** inalterados os demais termos do Acórdão AC1-TC 1294/17, com relação ao Senhor Pascoal de Aguiar Gomes; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”

**19 - Processo n. 05283/17 – (Processo Origem n. 02754/09)**

Recorrente: Marli Fernandes de Oliveira Cahulla - CPF n. 301.081.959-53

Assunto: Recurso de Reconsideração referente ao Processo n. 2754/09.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

Jurisdicionado: Secretaria de Estado da Educação – SEDUC  
Relator: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **OMAR PIRES DIAS** (em substituição ao CONSELHEIRO **PAULO CURI NETO**)  
**DECISÃO:** “**Conhecer** do recurso, uma vez que foram atendidos os pressupostos legais; **negar provimento** ao recurso, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão AC1-TC 1294/17, com relação à Senhora Marli Fernandes de Oliveira Cahulla; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”

**20 - Processo n. 05238/17 – (Processo Origem n. 02754/09)**  
Recorrente: Edinaldo da Silva Lustosa - CPF n. 029.140.421-91  
Assunto: Apresenta Recurso de Reconsideração referente ao Processo n. 02754/09, Acórdão AC1-TC 0194/17.  
Jurisdicionado: Secretaria de Estado da Educação – SEDUC  
Relator: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **OMAR PIRES DIAS** (em substituição ao CONSELHEIRO **PAULO CURI NETO**)  
**DECISÃO:** “**Conhecer** do recurso interposto pelo Senhor Edinaldo da Silva Lustosa, uma vez que foram atendidos os pressupostos legais; **dar provimento parcial** ao recurso, para excluir a responsabilidade do recorrente das irregularidades detectadas no item I, alíneas “c” e “j”, do Acórdão AC1-TC 1294/17, proferido no processo nº 2754/09 e, conseqüentemente, afastar a imputação de débito e multa previstas; **manter** inalterados os demais termos do Acórdão AC1-TC 1294/17, com relação ao Senhor Edinaldo da Silva Lustosa; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”

**PROCESSOS RELATADOS EM BLOCO PELO  
CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**

**21 - Processo-e n. 04950/16**  
Interessados: Francisca Lia Girão Santos - CPF n. 874.113.932-15, Gizeli Silva Gimenez - CPF n. 848.378.612-53, Josué Gomes da Cruz - CPF n. 312.261.242-91, Hugo Cesar de Moura Tagliani - CPF n. 429.108.620-20  
Responsável: Superintendente: Helena da Costa Bezerra  
Assunto: Análise da Legalidade dos Atos de Admissão - Edital de Concurso Público n. 137/2014.  
Origem: Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas  
Relator: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

**Pronunciamento**

**Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.

**DECISÃO:** “**Considerar legais** os atos de admissão dos servidores no Quadro de Pessoal da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEP, em decorrência de aprovação em Concurso Público, e **determinar seu registro**; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”

**22 - Processo-e n. 06903/17**

**Interessados:** Anderson Silva Aguiar - CPF n. 798.664.502-44, Arthur Ramalho Monfredinho - CPF n. 560.464.132-49

**Responsável:** Juliana Araújo Vicente Roque

**Assunto:** Análise da Legalidade dos Atos de Admissão - Edital de Concurso Público n. 005/2016

**Origem:** Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno

**Relator:** CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**

**Pronunciamento**

**Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.

**DECISÃO:** “**Considerar legais** os atos de admissão dos servidores no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno, em decorrência de aprovação em Concurso Público, e **determinar seu registro**; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”

**23 - Processo-e n. 01229/18**

**Interessada:** Sirlene Martins de Jesus Souza - CPF n. 743.752.292-68

**Responsável:** Natália Maria de Oliveira Souza

**Assunto:** Análise da Legalidade dos Atos de Admissão Edital de Concurso Público n. 001/2010.

**Origem:** Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste

**Relator:** CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**

**Pronunciamento**

**Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.

**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato de admissão da servidora no Quadro de Pessoal do Município de Ouro Preto do Oeste, em decorrência de aprovação em Concurso Público, e **determinar seu registro**; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

- 24 - Processo-e n. 01507/18**  
Interessados: Maria Aparecida Ortolone - CPF n. 039.258.227-98, Ozias Carmozina da Costa - CPF n. 764.162.322-00  
Responsável: Maria Cristina Oliosí Amancio - CPF n. 034.581.617-08  
Assunto: Análise da Legalidade dos Atos de Admissão Edital de Concurso Público n. 001/2015.  
Origem: Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza  
Relator: **CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**  
**Pronunciamento Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.  
**DECISÃO:** “**Considerar legais** os atos de admissão dos servidores no Quadro de Pessoal do Município de Ministro Andreazza, em decorrência de aprovação em Concurso Público; **e determinar seu registro**; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”
- 25 - Processo-e n. 05768/17**  
Interessado: Alex Sandro Felipe - CPF n. 759.114.002-78  
Responsável: Leri Veloso da Cruz - CPF n. 421.109.202-20  
Assunto: Análise da Legalidade dos Atos de Admissão – Edital de Concurso Público n. 003/2013  
Origem: Câmara Municipal de Novo Horizonte do Oeste  
Relator: **CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**  
**Pronunciamento Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.  
**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato de admissão do servidor no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Oeste, em decorrência de aprovação em Concurso Público, **e determinar seu registro**; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”
- 26 - Processo-e n. 01502/18**  
Interessada: Gislânia Shirlei Pontes Conceição Antunes - CPF n. 977.862.332-53  
Responsável: Carlos Borges da Silva  
Assunto: Análise da Legalidade do Ato de Admissão Edital de Concurso Público n. 001/2015.  
Origem: Prefeitura Municipal de Alta Floresta do Oeste  
Relator: **CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

**Pronunciamento**

**Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.

**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato de admissão da servidora no Quadro de Pessoal do Município de Alta Floresta do Oeste, em decorrência de aprovação em Concurso Público, e **determinar seu registro**; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”

**27 - Processo n.** **02496/12 (Apensos n. 00688/13, 00689/13, 02368/12, 03592/12 e 03897/12)**

**Interessados:** Maria Aparecida Ferreira dos Santos e outros  
**Responsável:** Cornélio Duarte de Carvalho - CPF n. 326.946.602-15  
**Assunto:** Análise da Legalidade do Ato de Admissão - Concurso Público Estatutário - Edital n. 001/2011  
**Origem:** Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé  
**Relator:** CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**

**Pronunciamento**

**Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.

**DECISÃO:** “**Considerar legais** os atos de admissão dos servidores nominados no Apêndice I relacionados no item I do Acórdão, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé, em decorrência de aprovação em Concurso Público, e **determinar seu registro**; **determinar** ao atual Gestor da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé, no prazo de 30 (trinta) dias, que encaminhe a esta Corte de Contas os documentos pertinentes ao saneamento das irregularidades detectadas na análise técnica, indicadas nos **Apêndice 2**, listados no **item II do Acórdão**; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”

**28 - Processo n.** **03525/12 (Apensos n. 04401/12, 02278/14 e 01222/15)**

**Interessada:** Grazieli Nunes Calente Santos - CPF n. 691.757.212-87  
**Responsável:** José Walter da Silva - CPF n. 449.374.909-15  
**Assunto:** Análise da Legalidade do Ato de Admissão - Concurso Público Estatutário - Edital n. 003/2011  
**Origem:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alvorada do Oeste  
**Relator:** CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**

**Pronunciamento**

**Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

**DECISÃO:** “**Considerar legais** os atos de admissão dos servidores nominados no Apêndice I relacionados no item I do Acórdão, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste, em decorrência de aprovação em Concurso Público; e **determinar seu registro; e determinar** ao atual Gestor da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste, no prazo de 30 (trinta) dias, que encaminhe a esta Corte de Contas os documentos pertinentes ao saneamento das irregularidades detectadas na análise técnica, indicadas nos **Apêndice 2**, listados no **item II do Acórdão**; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”

**29 - Processo-e n. 05783/17**

**Interessados:** Jairo Lima de Carvalho, Luciana Antelo Gomes, Raimunda Kaliana dos Santos, Nádia Dantas de Oliveira Laudiauzer, Marcos Aurelio Santos de Oliveira, Aldenir da Silva Ribeiro, Claudia Costa Castelo Branco, Maria Goreti Bento Silva, Francimiura das Chagas Ferreira, Elias Antonio Aquino Pimenta, Clênio Neris de Oliveira, Elisângela Passos Granjeiro

**Responsável:** Luis Lopes Ikenohuchi Herrera

**Assunto:** Ofício Controle Geral n. 005/2017. Encaminha Admissão Pessoal referente ao Edital de Concurso Público n. 001/2012, Processo Administrativo n. 0122/2012.

**Origem:** Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari

**Relator:** CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**

**Pronunciamento**

**Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.

**DECISÃO:** “**Considerar legais** os atos de admissão dos servidores no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, em decorrência de aprovação em Concurso Público, e **determinar seu registro**; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”

**30 - Processo-e n. 01527/18**

**Interessada:** Altamira Rodrigues Campos - CPF n. 835.384.967-49

**Responsável:** Izolda Madella - CPF n. 577.733.860-72

**Assunto:** Aposentadoria Municipal

**Origem:** Instituto de Previdência de Campo Novo de Rondônia

**Relator:** CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**

**Pronunciamento**

**Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato concessório de aposentadoria, com determinação de registro, à unanimidade, nos termos do voto do relator”.

**31 - Processo-e n. 01540/18**  
Interessada: Dalvina dos Santos Batista - CPF n. 037.628.312-20  
Responsável: Noel Leite da Silva - CPF n. 520.952.232-68  
Assunto: Aposentadoria Municipal  
Origem: Instituto de Previdência de Porto Velho  
Relator: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**

**Pronunciamento Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.

**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato concessório de aposentadoria, com determinação de registro, à unanimidade, nos termos do voto do relator”.

**32 - Processo-e n. 03958/15**  
Interessada: Maria Angela Salina - CPF n. 085.080.462-00  
Responsável: Claudio Martins de Oliveira - CPF n. 092.622.877-39  
Assunto: Aposentadoria Municipal  
Origem: Instituto de Previdência de Castanheiras  
Relator: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**

**Pronunciamento Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.

**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato concessório de aposentadoria, com determinação de registro, à unanimidade, nos termos do voto do relator”.

**33 - Processo-e n. 03726/16**  
Interessado: Paulo Bezerra Soares  
Responsável: Levi Tavares  
Assunto: Aposentadoria Municipal  
Origem: Instituto de Previdência de Castanheiras  
Relator: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

**Pronunciamento**

**Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.

**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato concessório de aposentadoria, com determinação de registro, à unanimidade, nos termos do voto do relator”.

**34 - Processo-e n. 02843/15**

**Interessado:** Enéias Paizanti - CPF n. 347.720.066-72  
**Responsável:** Claudio Martins de Oliveira - CPF n. 092.622.877-39  
**Assunto:** Aposentadoria Municipal  
**Origem:** Prefeitura Municipal de Castanheiras  
**Relator:** CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**

**Pronunciamento**

**Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.

**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato concessório de aposentadoria, com determinação de registro, à unanimidade, nos termos do voto do relator”.

**35 - Processo-e n. 02842/15**

**Interessado:** Celso da Silva Gonçalves - CPF n. 408.486.719-53  
**Responsável:** Claudio Martins de Oliveira - CPF n. 092.622.877-39  
**Assunto:** Aposentadoria Municipal  
**Origem:** Prefeitura Municipal de Castanheiras  
**Relator:** CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**

**Pronunciamento**

**Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.

**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato concessório de aposentadoria, com determinação de registro, à unanimidade, nos termos do voto do relator”.

**36 - Processo-e n. 01528/18**

**Interessada:** Francimar de Oliveira Moises Rocha - CPF n. 893.832.494-04  
**Responsável:** João Bosco da Costa  
**Assunto:** Aposentadoria Municipal  
**Origem:** Instituto de Previdência de Porto Velho



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

Relator: **CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**  
**Pronunciamento**  
**Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.  
**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato concessório de aposentadoria, com determinação de registro, à unanimidade, nos termos do voto do relator”.

**37 - Processo-e n. 05010/17**  
Interessada: Florencia Joaguina Goncalves - CPF n. 153.603.502-53  
Responsável: Amauri Valle - CPF n. 354.136.209-00  
Assunto: Aposentadoria Municipal  
Origem: Instituto de Previdência de Machadinho do Oeste  
Relator: **CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**  
**Pronunciamento**  
**Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.  
**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato concessório de aposentadoria, com determinação de registro, à unanimidade, nos termos do voto do relator”.

**38 - Processo-e n. 01611/17**  
Interessada: Eunice Martins Castilho Goncalves da Silva - CPF n. 325.398.002-20  
Responsável: Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira  
Assunto: Aposentadoria Estadual  
Origem: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON  
Relator: **CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**  
**Pronunciamento**  
**Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.  
**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato concessório de aposentadoria, com determinação de registro, à unanimidade, nos termos do voto do relator”.

**39 - Processo-e n. 01534/18**  
Interessado: José Augusto dos Santos - CPF n. 192.248.692-20



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

Responsável: Ivan Furtado de Oliveira - CPF n. 577.628.052-49  
Assunto: Aposentadoria Municipal  
Origem: Instituto de Previdência de Porto Velho  
Relator: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**  
**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato concessório de aposentadoria, com determinação de registro, à unanimidade, nos termos do voto do relator”.

**40 - Processo-e n. 01375/18**  
Interessado: Cyrillo Rodrigues Neto - CPF n. 026.431.382-87  
Responsável: Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira  
Assunto: Aposentadoria Estadual  
Origem: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON  
Relator: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**  
**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato concessório de aposentadoria, com determinação de registro, à unanimidade, nos termos do voto do relator”.

**41 - Processo-e n. 01374/18**  
Interessada: Francisca Pereira da Silva - CPF n. 058.418.522-72  
Responsável: Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira  
Assunto: Aposentadoria Estadual  
Origem: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON  
Relator: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**  
**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato concessório de aposentadoria, com determinação de registro, à unanimidade, nos termos do voto do relator”.

**42 - Processo-e n. 00613/18**  
Interessada: Ines Ferreira da Costa - CPF n. 045.030.888-07  
Responsável: Quesia Andrade Balbino Barbosa - CPF n. 559.661.282-00  
Assunto: Aposentadoria Municipal  
Origem: Instituto de Previdência de Mirante da Serra  
Relator: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**  
**Pronunciamento Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato concessório de aposentadoria, com determinação de registro, à unanimidade, nos termos do voto do relator”.

**43 - Processo n. 04328/12**  
Interessado: Tribunal de Contas de Rondônia  
Responsáveis: Benedito Antônio Alves - CPF n. 360.857.239-20, Rui Vieira de Sousa - CPF n. 218.566.484-00, Mauro Roberto da Silva - CPF n. 318.311.761-49, Wagner Luís de Souza  
Assunto: Fiscalização de Atos e Contratos – suposta prática de ato irregular no âmbito da SEFIN  
Jurisdicionado: Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN  
Relator: **CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**  
**DECISÃO:** “**Arquivar os autos de Tomada de Contas Especial**, em nome dos Senhores Mauro Roberto da Silva, Benedito Antônio Alves, Wagner Luis de Souza e Rui Vieira de Souza, por não haver dano ao erário quanto ao pagamento da conversão em pecúnia da licença-prêmio em favor do servidor Mauro Roberto da Silva, Auditor Fiscal de Tributos; **deixar de aplicar multa** aos responsáveis pela irregularidade no descumprimento do princípio da necessidade do serviço, ante a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva intercorrente, tendo em vista a paralisação dos autos por mais de mais de 3 (três) anos sem que houvesse evento jurídico relevante; à unanimidade, nos termos do voto do Relator.”

**44 - Processo-e n. 03511/15**  
Interessados: João Bosco de Souza Natal Neto, Camila Lima Santos - CPF n. 921.621.772-34, Vera Lúcia Dias Araújo - CPF n. 569.369.822-04  
Responsável: Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira - CPF n. 341.252.482-49  
Assunto: Pensão Estadual  
Origem: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON  
Relator: **CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**  
**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato concessório de pensão mensal, com determinação de registro, à unanimidade, nos termos do voto do relator”.

**45 - Processo-e n. 01173/18**  
Interessado: Pedro Rodrigo Almeida Giacomini - CPF n. 001.005.632-79  
Responsáveis: Marcia Maria da Silva Nascimento - CPF n. 596.009.422-34  
Assunto: Pensão Municipal



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

Origem: Instituto de Previdência de Jaru  
Relator: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**

**Pronunciamento Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.

**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato concessório de pensão mensal, com determinação de registro, à unanimidade, nos termos do voto do relator”.

  

**46 - Processo-e n. 03780/16**

Interessados: Gabrielly Alves da Silva - CPF n. 053.967.452-40, Greice Kelly Alves da Silva - CPF n. 007.105.872-95

Responsável: Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira

Assunto: Pensão Estadual

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON

Relator: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**

**Pronunciamento Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.

**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato concessório de pensão mensal, com determinação de registro, à unanimidade, nos termos do voto do relator”.

  

**47 - Processo-e n. 01071/18**

Interessada: Maria Franco Benevites Medina - CPF n. 114.895.102-49

Responsável: Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira

Assunto: Pensão Estadual

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON

Relator: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**

**Pronunciamento Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.

**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato concessório de pensão mensal, com determinação de registro, à unanimidade, nos termos do voto do relator”.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

- 48 - Processo-e n. 03748/15**  
Interessados: Raimundo Nonato Esteves  
Athynna Lima Esteves - CPF n. 768.816.012-04  
Responsável: Maria Rejane S. dos Santos Vieira  
Assunto: Pensão Estadual  
Origem: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON  
Relator: **CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**  
**Pronunciamento Ministerial:** O Procurador do MP de Contas, Dr. **ERNESTO TAVARES VICTORIA**, proferiu **PARECER VERBAL** pela legalidade e registro do ato.  
**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato concessório de pensão mensal, com determinação de registro, à unanimidade, nos termos do voto do relator”.
- 49 - Processo-e n. 00734/18**  
Interessado: José Emilio da Silva Evangelista - CPF n. 444.086.333-72  
Responsáveis: Eneidy Dias de Araújo - CPF n. 508.984.344-91, Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira  
Assunto: Reserva Remunerada  
Origem: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON  
Relator: **CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**  
**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato de transferência para Reserva Remunerada do servidor militar, com determinação de registro, à unanimidade, nos termos do voto do relator”.
- 50 - Processo-e n. 00745/18**  
Interessado: Dionisio Duarte de Araujo  
Responsáveis: Eneidy Dias de Araújo - CPF n. 508.984.344-91, Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira  
Assunto: Reserva Remunerada  
Origem: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON  
Relator: **CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**  
**DECISÃO:** “**Considerar legal** o ato de transferência para Reserva Remunerada do servidor militar, com determinação de registro, à unanimidade, nos termos do voto do relator”.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ*  
*Departamento da 2ª Câmara*  
*Sessão Ordinária*

**PROCESSOS RETIRADOS DE PAUTA**

**1 - Processo-e n.**      **03412/15**  
Interessado:            Sady Fernandes de Aragão Junior - CPF n. 280.034.464-49  
Responsável:            Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira  
Assunto:                 Aposentadoria Estadual  
Origem:                 Secretaria de Estado de Administração  
Relator:                 CONSELHEIRO-SUBSTITUTO **ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA**  
**Observação:**         **Processo RETIRADO DE PAUTA a pedido do Relator.**

**COMUNICAÇÕES DIVERSAS**

Nada mais havendo, às 10 horas e 48 minutos, o Conselheiro Presidente declarou encerrada a sessão.

Porto Velho, 21 de maio de 2018.

(assinado eletronicamente)  
**JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO**  
Conselheiro Presidente da 2ª Câmara